

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA – UM ENTRAVE AO CRESCIMENTO

ECONÔMICO SUSTENTADO

Armando Janeiro Amaral Junior

No. de matrícula 9416424-7

Orientador: Francisco H. G. Ferreira

Dezembro de 2000

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Meus agradecimentos ao Professor Márcio G. P. Garcia pela preocupação e tempo dedicados a mim. .

Dedico este trabalho: .

Ao Professor Francisco Ferreira, minha família, Bezerra, Butch, Duda, Bagrones, Raul, Cabelo, Bellizzi, Peruca, Fred, Vairo, Bomber, Alessandras, Cristina e todas as pessoas que tornaram este tempo na faculdade excepcional e do qual vou sentir muitas saudades. .

ÍNDICE

MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL.....	6
I- INTRODUÇÃO.....	6
II- ORIGENS E CAUSAS.....	8
III- CONSEQÜÊNCIAS.....	12
IV- POSSÍVEIS POLÍTICAS DE SOLUÇÃO.....	17
V- CONCLUSÕES.....	25
VI- BIBLIOGRAFIA.....	30

I- INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda já é um mal em si, porque os seres humanos buscam por equidade na maximização do bem-estar de todos, e seus efeitos econômicos são conseqüências que corroboram para a permanência de tal conjuntura, criando uma espécie de ciclo que deve ser quebrado pela intervenção do governo através de uma alocação eficiente de seus recursos. O Brasil está na 74ª posição no relatório da ONU deste ano sobre o desenvolvimento humano. A colocação significa uma melhora de cinco pontos, em comparação ao ano passado. De acordo com ele, na posição em que ficou, o Brasil ainda rivaliza com alguns países africanos e, entre os países da América Latina, não ficou sequer entre os dez primeiros. O relatório é baseado em indicadores da educação, expectativa de vida e renda per capita, e é considerado a mais completa radiografia social do planeta.

Segundo estudo realizado pelos professores José Marcio Camargo e Francisco Ferreira, em Março de 2000, um quinto da população vive na miséria, e isso não representa uma melhora substancial em comparação com a situação a duas décadas atrás¹. A desigualdade de renda afeta toda a população, inclusive a camada mais rica, porque sofre com a violência e insegurança na região urbana principalmente². “A desigualdade de renda tem um impacto direto sobre o bem-estar social na medida em que as sociedades têm preferência por equidade”³. É necessário haver igualdade de oportunidades, não somente no mercado de trabalho, porque este é visto mais como um

¹ Ver Camargo e Ferreira, 2000.

² Embora pesquisas demonstrem que áreas rurais são as mais pobres do país (52%), pp. 11. Idem.

³ Ver Barros e Mendonça, 1996.

transformador do que um gerador de desigualdades oriundas do começo do processo de qualificação, i.e., na educação.

No âmbito internacional a preocupação com distribuição de renda também existe. O Brasil ocupa posição de destaque no cenário internacional. Para a grande maioria dos países, a renda dos 10% mais ricos é, em média, até 10 vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres. No Brasil esse número pode chegar a 30. O presidente do Banco Mundial, James Wolfenson, expressou a sua preocupação sobre as disparidades mundiais na sua recente declaração⁴ durante o último encontro anual do FMI e Banco Mundial em Praga. “...It is our hope that we will be able to encourage the developed countries to recognize that it is in their interest to bring poverty alleviation in the developing world because we are one world, and unless we get stability and growth in the developing world, we are not going to have a peaceful world”. Esse “statement” comprova a mesma preocupação que as classes mais abastadas do Brasil devem ter com relação à segurança e desenvolvimento econômico do país, só que vista do âmbito internacional. A economia mundial não irá crescer tudo o que poderia enquanto os problemas estruturais, que impedem um crescimento sustentado nos países em desenvolvimento e mais pobres, persistam. E esta conjuntura não beneficia ninguém, muito pelo contrário, afeta a segurança dos dirigentes que estiveram em Praga, o crescimento da economia de todos os países numa economia globalizada como a que vivemos e o bem-estar de todos.

O objetivo principal deste trabalho é mostrar que a desigualdade de renda é um entrave ao crescimento econômico sustentado em todo o seu potencial, assim como

dissertar sobre as possíveis soluções para melhorar a distribuição de renda no Brasil e avaliar os obstáculos no caminho da implementação de tais soluções. Primeiramente, as origens e causas da desigualdade de renda no país serão descritas e analisadas. Após o estudo de tais causas, será a vez de avaliarmos os principais efeitos e conseqüências da desigualdade de renda no Brasil. Em seguida ao estudo dos fatores que geram e são gerados pela desigualdade de renda no Brasil, as soluções para o problema serão analisadas. Esta é a parte principal do trabalho porque é a parte que tem por objetivo trazer algo de novo à tona. A tarefa não é fácil, mas qualquer ajuda residual para a preparação de estudos posteriores será de grande valor. Por fim, as conclusões finais serão elaboradas após uma apreciação final da questão nos diversos âmbitos.

⁴ Entrevista divulgada no site CNNfn em Setembro de 2000, Praga.

II- ORIGENS E CAUSAS

A desigualdade de renda no Brasil é um problema antigo e crescente. O espaço de tempo disponível para estudo é restrito. O primeiro censo populacional foi realizado em 1960.

Na década de 60 a classe média foi a que mais sofreu com o aumento da desigualdade, enquanto na década de 80 as classes mais pobres foram as que sofreram mais⁵. O coeficiente de Gini dá maior peso nas variações no meio da distribuição, i.e., na classe média, enquanto que o índice obtido através da razão entre a parcela de renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 10% mais pobres dá maior peso, por construção, a variações nas caudas da distribuição. Os estudos de Barros, Mendonça e Rocha, em 1993, demonstram que o coeficiente de Gini variou mais nos anos 60 do que nos anos 80, enquanto que a razão dos 10+/10- variou mais nos anos 80 do que nos anos 60. A principal origem macroeconômica do problema na década de 80 foi a inflação. A regressão ilustrada no trabalho de Ferreira e Litchfield (1998)⁶, calculou um coeficiente de 0,8455 que é estatisticamente diferente de zero ao nível de 5% de significância. Ficou provado então, que a camada da população que não tinha uma renda suficiente para poupar, não se protegia da elevação dos preços em ritmo muito acelerado e acabava perdendo poder de compra numa velocidade tão rápida que em apenas um mês já era possível percebê-la. Essa camada da população mais pobre ficava cada vez mais pobre, enquanto a camada mais rica indexava sua renda através de diversas aplicações

⁵ Paes de Barros, R., Os Determinantes da Desigualdade no Brasil, 1996.

⁶ Ferreira e Litchfield, 1998, pp. 23.

de hedge contra inflação, i.e., aplicações financeiras para proteger sua renda e ativos contra a elevação dos preços dos bens na economia.

Após o Plano Real em Julho de 1994, a inflação tem sido controlada e reduzida a níveis menos prejudiciais ao bem-estar da camada mais pobre. Com a ausência de inflação, a má gestão dos recursos públicos passou a ser a maior causa da desigualdade de renda no Brasil. Os recursos do governo não são direcionados para a educação de forma eficiente, não combatem a desigualdade de renda e não deixam que o país cresça todo o seu potencial, embora o governo esteja atento para a disciplina fiscal e monetária com reconhecido sucesso. Instabilidade econômica é ruim para todos, mas é ainda pior para os mais pobres. Segundo estudo realizado⁷, o nível educacional do chefe da família é a variável explicativa com maior peso (em torno de 40%). Raça, localização regional, localização em região urbana ou rural explicam aproximadamente 10% cada. Idade e sexo não são fontes de explicação significantes, de acordo com o estudo.

A corrupção certamente exerce efeitos negativos porque reduz o orçamento público total. Fernando Garcia, da Fundação Getúlio Vargas, opinou que, não fosse a corrupção, o país poderia dobrar seu PIB nos próximos dez anos. Outros fatores mais recentes como globalização, são apontados como ampliadores de desigualdade de renda, mas não como criador. Stanley Fischer, Deputy Managing Director do FMI, declarou que a globalização traz oportunidades e desafios – desigualdades de renda, diferenças no padrão de vida e fluxos desiguais de capital de investimento que tendem a fugir dos países em desenvolvimento, principalmente em momentos de turbulência e crise no cenário internacional.

O mercado de trabalho é mais visto como um transformador, das desigualdades do nível educacional para o nível profissional, do que propriamente um criador de desigualdade. O nível educacional, causa-chave da desigualdade de renda, se transforma em diferentes experiências no mercado de trabalho e na empresa. Esses dois efeitos são os mais relevantes na hora de conseguir um emprego.

⁷ Ferreira, F. H. G. and J. A. Litchfield (1998).

III- CONSEQÜÊNCIAS

A desigualdade é vista, por aqueles que já pensaram a respeito, como o resultado de uma determinada divisão de ativos, do trabalho, das decisões individuais de crédito e de preços determinados por uma série de mercados. Esses mercados podem ser o da terra, financeiro e de bens. O crescimento desses mercados, dentre outros, faz a economia crescer e gera um processo dinâmico de distribuição. Na Maioria dos casos, o crescimento econômico ajuda a reduzir a pobreza, embora existam exceções. Alguns casos como o da Filipinas, no período entre 1998 e 1991, mostraram a combinação de crescimento na média com um crescimento na desigualdade suficientemente grande para aumentar a pobreza na sua população. Porém essas exceções não resistem ao tempo, não deixando dúvida de que crescimento da economia ajuda a reduzir pobreza.

Em geral, distribuição de riqueza e renda afetam o Produto Interno Bruto (PIB), os investimentos no curto e no longo prazo assim como o modelo adotado pelo governo para reagir a choques externos. O modo mais fácil de compreender o efeito da desigualdade de renda e riqueza no PIB, é pensar que se os jovens não conseguem investir na sua educação, não conseguem se qualificar profissionalmente e produzir todo o seu potencial. Investir em capital humano é cada vez mais importante e valorizado pelas empresas. É o diferencial que pode fazer uma empresa líder no seu mercado. Não há dúvida, portanto, que existe uma forte e duradoura ligação entre distribuição de riqueza/renda e macroeconomia⁸.

⁸ Oded Galor e Joseph Zeira, 1993, em "Income Distributions and Macroeconomics", pp. 51.

Oportunidades produtivas variam ao longo da distribuição de riqueza, i.e., os indivíduos com menos riqueza não têm acesso ao crédito, com a mesma facilidade que os mais ricos têm, porque os mais pobres não têm as garantias (ativos), requeridas e liquidadas pelos emprestadores em caso de quebra do contrato do financiamento, para oferecer em troca do empréstimo. Portanto, os indivíduos mais pobres podem nunca ter utilizado toda a sua capacidade produtiva por falta de educação, ou por falta de uma educação com a mesma qualidade que os mais ricos têm, ou ainda devido as imperfeições do mercado de crédito que não financia negócios arriscados, porém produtivos, que poderiam surgir. Essa imperfeição do mercado de crédito é extremamente prejudicial ao crescimento da economia e cíclica porque a maioria da população, num país com alta desigualdade como o Brasil, não consegue empréstimo para começar um negócio. É por isso que diz-se que o Brasil subutiliza o seu potencial de crescimento.

Uma população com alto grau de desigualdade e ausência de empreendedorismo é a combinação que faz do Brasil uma economia que não cresce tudo o que poderia. A dificuldade de transformar idéias em negócios é que explica porque Santos Dumont inventou o avião, mas não a indústria aeronáutica. Porque a máquina fotográfica, o balão dirigível foram criados por brasileiros, mas não resultaram em indústrias. Ainda não existe no país o ambiente empreendedor, i.e, um mercado de crédito eficiente e capaz de fazer o artista brasileiro tornar-se um empresário⁹.

É formado, mais uma vez, uma espécie de ciclo, porque quanto maior a desigualdade, maior o risco de abrir um negócio por causa da falta de uma economia de

escala para bens duráveis principalmente. Até bem pouco tempo atrás, antes do Plano Real, grande parte da população não tinha nenhuma televisão. O Plano Real gerou um boom de consumo de aparelhos eletrodomésticos, principalmente, que depois se estabilizou. Um quinto da população vive abaixo da linha de indigência, ou extrema pobreza, em 1996, e isto não significa avanço substancial em relação a vinte anos atrás quando foi realizada pesquisa semelhante (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD). Essa linha vale R\$ 131,97¹⁰. De acordo com o trabalho feito por Paes de Barros em 1999, baseado em dados do PNAD 1977-1997, a pobreza no Brasil caiu de 40% da população em 1977, para algo em torno de 34% em 1997. Grande parte da população brasileira reside em moradias de baixíssima qualidade sem água encanada (aproximadamente 18% da população) ou coleta de lixo (aproximadamente 62% da população), em favelas ou mesmo nas ruas e isto significa que essas pessoas não consomem quase nada.

Quanto menor a demanda, menor o seu poder de barganha. Aumentos de preços podem ser suportados pelos mais ricos, quando grande parte da riqueza disponível está nas mãos de 1% da população. Aumentos nos preços de bens de alto grau de necessidade, i.e., de demanda menos elástica como alimentos e vestuário, são suportados mais facilmente pela camada mais rica da população do que pela camada mais pobre da população. Um exemplo seria o aumento do preço da gasolina. O aumento do preço na bomba tem um efeito maior em termos absolutos para o consumidor que dirige o seu carro para o trabalho do que para quem utiliza transportes coletivos. Mesmo assim, aqueles que já iam de carro, vão continuar indo de carro para

⁹ Luís Nassif em matéria escrita para o site do Banco do Brasil em Outubro de 2000.

o trabalho para manter o seu bem-estar. E aqueles que estão na margem vão passar a ir de ônibus ou dirigir menos nos finais de semana, mas vão sentir menos proporcionalmente o aumento nos seus orçamentos do que aquela parcela mais pobre da população que já ia de ônibus antes do aumento e sentiu o aumento do preço da passagem. A explicação é que esses bens representam uma parcela bem menor dos gastos totais da camada mais rica da população porque seus gastos totais são cifras bem maiores e variações nos seus gastos representam variações percentuais pequenas, enquanto que esses gastos representam quase que todo o orçamento da camada mais pobre da população.

As pessoas mais ricas podem substituir capital público por alternativas privadas, mas os mais pobres não. Nesse modelo, os mais pobres dependem mais do gasto público em serviços como saúde, educação, transporte público e infra-estrutura do que os mais ricos. Gasto público pode exercer um importante papel na solução do problema da desigualdade e aumento da eficiência da economia.

O nível de violência medido pela taxa de homicídio, tem seu nível mais alto nas regiões mais desiguais do mundo (América Latina e África sub-Saara), e nas regiões onde a desigualdade tem crescido mais rápido (Europa Oriental, Rússia e Ásia Central). Esses conflitos sociais afetam a performance econômica, aumentando a instabilidade econômica, atraindo menos investimento, desestruturando a habilidade do governo de responder a choques externos e aumentando o custo de oportunidade de investimento.

¹⁰ Estudo com dados de 1996, para estabelecer um perfil da pobreza no Brasil, realizado por Camargo e Ferreira, 2000.

Atualmente os gastos com segurança são expressivos e cada vez maiores. Os gastos diretos com a violência são as vidas perdidas e recursos médicos.

Portanto, distribuição de renda e riqueza não podem ser mais vistas meramente como resultado do equilíbrio geral da economia¹¹. Mercado de capitais, sistema político e circunstâncias sociais que são os meios pelos quais a distribuição do produto da economia é feita, é afetada diretamente pela distribuição da riqueza de maneira importante. O poder político, geralmente, está nas mãos da parcela mais rica da população, mesmo onde a política é bem conduzida, já que somente os mais ricos têm acesso à educação ou ao crédito. No Brasil, a maioria dos políticos é mal preparada academicamente e/ou eticamente. A maioria dos políticos está pensando em conseguir um bom salário e não em melhorar a alocação dos recursos públicos. O resultado é que o Brasil não realiza completamente o seu potencial econômico perpetuando uma sociedade desigual onde grupos cada vez maiores não desfrutam das oportunidades que outros poucos desfrutam. Essas oportunidades podem ser uma melhor educação formal e informal, acesso a empréstimos, ou a seguros. Esses grupos privados de tais oportunidades não desenvolvem seu pleno potencial produtivo. O resultado agregado é que o produto agregado da economia e sua taxa de crescimento são afetados negativamente.

IV- POSSÍVEIS POLÍTICAS DE REDUÇÃO

Existem alguns projetos para a redução da desigualdade de renda no Brasil, mas todos passam pelas mãos do governo. Qualquer medida do governo que tenha por objetivo aumentar o seu crescimento econômico, mantendo constante a porcentagem do orçamento destinada para gastos sociais, deve ter um efeito de redução sobre a desigualdade, como já foi comprovado teoricamente e empiricamente¹². O problema é que existem diversas medidas possíveis para aumentar o produto da economia e sua taxa de crescimento, e o escopo do trabalho é mais restrito.

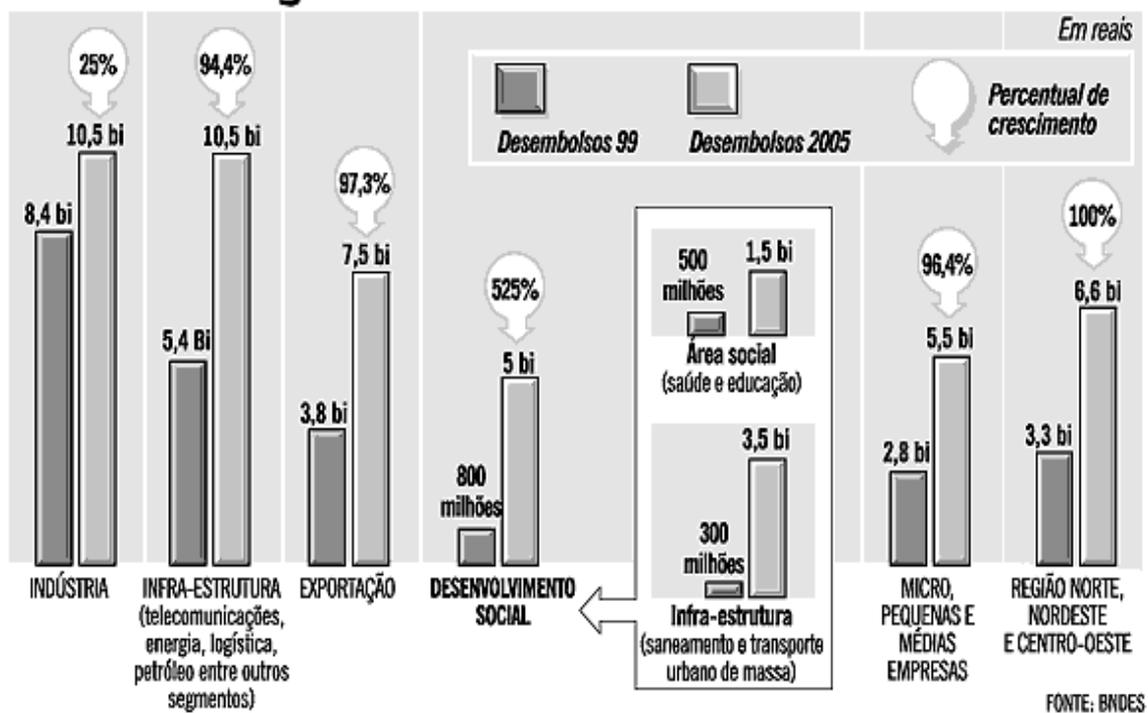
A proposta do trabalho é que mesmo com os recursos que o governo dispõe, é possível fazer mais para melhorar a situação social do país. O orçamento dos gastos do governo prevê gastos desequilibrados. Não é razoável destinar 1,5 bilhão para gastos sociais como saúde e educação, e ao mesmo tempo metade desse valor é gasto apenas com aluguéis de embaixadas e outros gastos relacionados e com menor grau de prioridade.

Apontada como prioridade no plano estratégico traçado pelo banco BNDES (ver gráfico na próxima página), a área social ainda sai perdendo, em termos percentuais do orçamento total, quando comparada com os demais segmentos: enquanto a indústria será responsável por 35% (R\$ 10,5 bilhões) do total a ser desembolsado em 2005, o social ficará com 16,7%.

¹¹ Francisco Ferreira, em "Inequality and Economic Performance", Junho de 1999.

¹² Ver Paes de Barros, 1999. Não é muito difícil de provar que se o governo arrecadava 100 milhões de reais, por exemplo, e agora arrecada 150 milhões, e nesse período continuou a destinar 10% da sua arrecadação para gastos sociais, esse valor absoluto subiu de 10 milhões para 15 milhões de reais.

A distribuição dos recursos do banco



Embora este orçamento seja uma versão preliminar e sujeita à modificações, visivelmente, o aumento na área social é expressivo em termos percentuais, porém em valores absolutos nem tanto e ainda menos expressivo se comparado com a parcela dos gastos totais do governo destinados para outras áreas.

Uma das propostas a serem estudadas é a realocação dos recursos do FGTS, redirecionados para a área social. “Como pela proposta apresentada o seguro-desemprego dos trabalhadores com carteira assinada passa a ser financiado pela multa

paga pela empresa por demitir (40% do que estiver depositado no fundo) e pelo FGTS pago pelo empregador (caso o trabalhador não ganhe mais que 7,5 salários mínimos), os recursos que hoje são utilizados para financiar o seguro-desemprego seriam poupados, o que corresponde a R\$ 4 bilhões por ano, aproximadamente. Isto abre espaço para que estes recursos sejam utilizados para financiar um programa efetivo de combate à pobreza no Brasil, criando-se assim uma proteção para os trabalhadores informais pobres¹³. De acordo com estudo realizado por Camargo e Ferreira em Março de 2000, apenas uma pequena parte da população economicamente ativa é formada por trabalhadores com carteira assinada (apenas 23,31% da força de trabalho tinha carteira assinada, em 1996), por causa quantidade de encargos para contratação. O resultado é uma menor arrecadação de receita para o governo. Uma reforma no Código da Legislação Trabalhista (CLT) se faz necessária há muito tempo, pois esta já está defasada (foi criado em Maio de 1943). A legislação atual inibe a negociação coletiva e induz uma relação de curto prazo entre empregados e empregadores. É a chamada “flexibilidade perversa”¹⁴ por se basear na informalização e rotatividade de trabalhadores. Se a relação é de curto prazo por causa da alta rotatividade, não ocorrem tantos investimentos em treinamento e aperfeiçoamento da força de trabalho como deveriam ocorrer. Mão-de-obra desqualificada produz menos e com pior qualidade. O resultado agregado é que a economia não produz tudo o que poderia.

A proposta tem como objetivo fortalecer e organizar os sindicatos, para que estes negociem coletivamente acordos que visem favorecer a qualificação da força de

¹³ Matéria sobre usos alternativos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. J. Camargo (Abril/2000).

¹⁴ Idem.

trabalho e reduzir a rotatividade e a informalidade, mantendo o mercado de trabalho mais sensível ao nível de atividade da economia e à evolução tecnológica.

Ainda do lado dos gastos do governo, uma medida que tem por objetivo exercer um grande efeito na redução da desigualdade de renda no Brasil é o programa Bolsa Escola. O programa Bolsa Escola foi aplicado primeiramente em Campinas (SP) e Brasília (DF), em 1995, e depois expandido para Belém (PA) e Belo Horizonte (BH), em 1997. Em Novembro de 1998, já existiam 29 programas em funcionamento, sendo que 4 desses eram dirigidos por Estados (AP, AM, DF, TO) e o resto por Municípios, até que em Abril de 1999, o governo Federal assinou um contrato firmado com 106 Municípios para implementar programas similares. O objetivo inicial era de alcançar mais de 36.000 famílias. O programa tem por objetivo prover transferências para as famílias mais pobres, incentivando-as a manter suas crianças na escola. O programa transfere um salário mínimo (R\$ 130 [US\$ 108] em valores e câmbio de Novembro de 1998) por mês para as famílias qualificadas. O critério para que a família se qualifique varia de acordo com o município ou distrito onde a família reside. Um resumo do critério está na tabela abaixo¹⁵.

¹⁵ Tabela preparada por Francisco H. G. Ferreira, em 6 de Fevereiro de 1999, para o seminário “Argentina’s Income for Human Resource Development Program”.

Critério	Brasília	Belo Horizonte	Belém
Critério Formal de Renda	0,5 salário mínimo	65,34 UFIRs	0,5 salário mínimo
R\$ em Nov. 1998	65,00	63,09	65,00
Crianças de idade	7 – 14	7 – 14	4 – 14
Residência Mínima	5 anos	5 anos	3 anos

A inscrição é válida para um período de doze meses, e está sujeita à um novo processo de aprovação para a renovação. O programa Poupança Escola deposita um salário mínimo mensal durante um ano em contas de poupança especiais para os estudantes que eram de famílias que recebiam Bolsa Escola, e que conseguiram aprovação final para a próxima série. Embora saques parciais sejam permitidos sobre circunstâncias extraordinárias, o saque de todo o saldo depositado deve ser efetuado quando e somente quando o aluno completar com sucesso o segundo grau. A seleção dos participantes do programa é basicamente feita por um questionário respondido por eles mesmos, e por visitas à domicílios. Se a renda per capita de cada integrante da família for abaixo de 0,5 salário mínimo ou 0,7 em Brasília, o candidato é aprovado.

Os resultados são animadores. A taxa de cancelamento de matrícula entre os participantes é aproximadamente 90% menor do que entre não-participantes. A taxa de aprovação subiu de 79,8%, em 1995, entre os participantes, para 87,9%, em 1996. Enquanto que para os não-participantes, subiu de 79,5%, em 1995, para 79,9%, em 1996. Com base nos resultados, o programa se mostrou bem sucedido no incentivo aos

estudos, e sendo educação a causa mais significativa na geração da desigualdade de renda no Brasil¹⁶, o programa se mostrou eficiente no combate à desigualdade de renda.

Do lado da receita do governo, uma das propostas discutidas é uma reforma tributária que vise substituir o imposto em “cascata”, i.e., que tributa o insumo e os produtos intermediários e finais, pelo imposto do valor agregado que tributa somente a diferença para evitar tributar mais de uma vez o mesmo bem. Na forma de tributação que existe hoje, quando um pão é comprado, o preço final contém um imposto direto sobre o valor do pão e mais um indireto sobre o valor do trigo e outros insumos.

O vice-presidente sênior e economista chefe do Banco Mundial (Bird), Nicholas Stern, defende a substituição dos impostos indiretos por outros diretos para reduzir a carga tributária que a população de baixa renda no Brasil é obrigada a pagar. Uma das sugestões de Stern é que o país adote o imposto sobre valor agregado, que permitiria isentar os produtos mais consumidos pela população pobre (pão, por exemplo). A mudança, segundo ele, criaria um ambiente mais favorável para atrair os investidores externos, ajudando na promoção do crescimento econômico, condição básica para a redução da pobreza. Um imposto sobre valor agregado teria um efeito suave mas significativo para a distribuição de renda, de acordo com Stern.

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, embora reconheça que a carga tributária indireta é elevada no Brasil, considerou as idéias defendidas pelo vice-

¹⁶No Brasil, cada ano adicional de educação tende a elevar em aproximadamente 15% o nível salarial. Este valor de 15% tem se mostrado estável durante o período de 1976/89, e crescente com relação ao nível educacional, i.e., quanto mais alto o nível educacional, maior o efeito positivo de um ano adicional de estudo. Barros e Mendonça, 1996, em “Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil”, pp. 465.

presidente do Banco Mundial de clichês. Maciel afirmou que a arrecadação no Brasil vem crescendo nos últimos cinco anos justamente pelos impostos diretos. A arrecadação da Receita com impostos e contribuições aumentou 35% entre 1996 e 2000. Os principais responsáveis por esse crescimento foram as receitas com o Imposto de Renda, que subiram 62% e, dentro delas, a arrecadação com Imposto de Renda sobre aplicações financeiras (137%) e sobre remessas ao exterior (117%). Todos esses são impostos diretos, o que não quer dizer que a carga tributária indireta não seja elevada - afirmou Maciel. Segundo o economista Roberto Macedo, a reforma tributária deveria ter sido uma das prioridades do Governo e poderia ser uma das alternativas de combate à pobreza.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) mostra que a carga tributária brasileira recai com maior peso sobre os mais pobres. Os tributos indiretos, segundo o documento, representam 84% dos impostos pagos pelas famílias que ganham até dois salários.

O estudo mostra que quem ganha até dois salários-mínimos compromete mais de 28% da sua renda com impostos. Já a classe que ganha mais de 30 salários-mínimos paga cerca de 18% com impostos. Maciel disse que desconhece esses números e que os dados do estudo são antigos, de 1996, e que nessa época, a arrecadação estava começando a sofrer alterações.

O trabalho foi elaborado em Agosto deste ano pelos economistas Salvador Werneck Vianna, Luíz Carlos Magalhães, Fernando Gaiger Silveira e Frederico Andrade Tomich, com base em dados de 1996.

V- CONCLUSÕES

A conclusão mais importante do trabalho é a idéia de que a desigualdade de renda no Brasil que tem origem na desigualdade educacional, em quantidade de anos estudados e qualidade de estudo, tem um impacto negativo sobre a produtividade da economia brasileira porque a mão-de-obra não é qualificada. Quanto menor o produto interno do país, menor a arrecadação do governo e menor os investimentos em gastos sociais como educação e saúde. Se os gastos são menores, a população estuda menos e fica menos qualificada e produtiva. O resultado é um ciclo que deve ser quebrado pelo governo através de medidas que maximizem suas receitas e seus gastos sociais para aumentar a produtividade da economia, favorecendo os mais pobres.

Outra importante conclusão após ler sobre a desigualdade de renda no Brasil é que existem diversas medidas que poderiam reduzir a pobreza no Brasil, mas que a falta de vontade, habilidade e honestidade de alguns políticos estão no caminho da implementação de tais medidas. Algumas das possíveis soluções foram apresentadas. Quando um consenso sobre a melhor solução for alcançado, restarão os obstáculos políticos para que o projeto vire realidade. As crises internacionais e nacionais que caracterizaram o período recente, as taxas de juros elevadas e a dificuldade de obtenção de um empréstimo no Brasil estão entre os obstáculos mais altos. Mas o governo não pode deixar de lutar pelas soluções dos problemas sociais que afligem a sociedade e a economia brasileira com o mesmo afincuo com que vem lutando para manter e melhorar a sua disciplina fiscal e monetária assim como seus fundamentos que sinalizam a saúde da economia brasileira para o resto do mundo.

Certamente a solução para o problema tem que passar pelas mãos do governo porque as imperfeições da economia brasileira não serão resolvidas por si mesmas. Uma reforma tributária para que a incidência dos impostos seja melhor distribuída, a criação de programas de incentivo à educação e saúde e uma revisão no orçamento dos gastos do governo são medidas básicas. Por não ser mais necessário proteger o Real com altas taxas de juros, somado à adoção do regime de metas para a inflação e de um programa de austeridade fiscal, criou-se um cenário para a estabilidade de preços, propiciando a queda dos juros e à uma atenção maior para os problemas sociais.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

Camargo, J. M. (Abril/2000): “Reforma da Legislação”, Revista Inteligência, pp. 42-50.

Paes de Barros, R. e R.S.P. Mendonça (1996): “Os determinantes da desigualdade no Brasil”, em IPEA (1996): Economia brasileira em perspectiva 1996, (Rio de Janeiro: IPEA), p.421-473.

Ferreira, F. H. G. (1999): “Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: Luta de classes ou heterogeneidade educacional”, Seminário sobre desigualdade e pobreza no Brasil 1999, Departamento de Economia da PUC-Rio (Rio de Janeiro), pp.1-28.

Ferreira, F. H. G. and J. A. Litchfield (1998): “Education or Inflation? The Roles of Structural Factors and Macro-Economic Instability in Explaining Brazilian Inequality in the 1980’s”, LSE – STICERD – DARP Discussion Paper N°. 41, London (July).

Camargo, J. M. e Ferreira, F. H. G. (2000): “The poverty reduction strategy of the government of Brazil: a rapid appraisal”, PUC-Rio – Departamento de Economia – TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 417, Rio de Janeiro (Março).

Ferreira, F. H. G. (1999): “Inequality and Economic Performance” – Text for inclusion in the “Inequality, Poverty and Socio-Economic Performance Website”

Ferreira, F. H. G. (Fevereiro/1999): “Argentina’s Income for Human Resource Development Program”, World Bank’s Poverty Reduction Group – Texto preparado para apresentação no seminário organizado pelo Inter-American Development Bank e pela Secretaria de Desenvolvimento Social, República Argentina.

Website do Banco do Brasil

Jornal O Globo

Website CNNfn (financial network)

Jornal do Brasil

